

Futebol, Questões de Gênero e Co-educação

*Algumas considerações
didáticas sob enfoque
multicultural **

Alfredo G. de Faria Junior**

Este artigo pretende: (a) posicionar a questão da mulher e a prática do futebol, no quadro teórico de uma educação física em (e para) uma sociedade multicultural; (b) oferecer alguns exemplos de ações didáticas destinadas a ajudar a enfrentar o sexismo na prática do futebol na escola. O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, apresentam-se elementos teóricos do quadro conceitual do multiculturalismo. Na segunda parte, são proporcionados alguns exemplos de processos discriminatórios, sexistas, na educação física e nos desportos. Na terceira, abordam-se questões de gênero que dificultam experiências co-educacionais na prática do futebol. Finalmente, oferecem-se exemplos de procedimentos didáticos para o ensino do futebol sob a ótica da co-educação.

Desde o início dos anos 80 vimos denunciando que, em termos da ótica do direito de oportunidades, o modelo de desenvolvimento da educação física brasileira *é extremamente injusto, uma vez que inúmeros segmentos de nossa população - mulheres,*

** Este artigo é dedicado ao saudoso amigo, professor da Universidade Federal Fluminense, Antônio Carlos Ferreira Lopes (Pavão), incansável incentivador do futebol (e do futebol de salão) nos meios escolar e universitário brasileiros.*

*** Doutor, com grande distinction pela Université Libre de Bruxelles. Professor Adjunto do Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino, da UERJ. Co-autor de **Corpo, mulher e sociedade** - Editora Papyrus, Campinas, S.P., 1995.*

idosos, adultos trabalhadores, negros, pessoas com necessidades especiais (principalmente os oriundos da classe trabalhadora) a ele não têm acesso, encontrando-se por isso marginalizados (FARIA JUNIOR, In: COSTA, 1981).

Naquela década argumentei ainda que a educação física burguesa, branca e machista que vigia, e ainda hoje predomina entre nós, deveria dar lugar a uma *educação física concebida para atender uma sociedade multicultural como o é a brasileira* (FARIA JUNIOR, In: FARIA JUNIOR, 1993).

Evidentemente visões variadas de educação multicultural acarretariam para uma *educação física em (e para) uma sociedade multicultural*, uma diversidade de enfoques e de modelos de implementação.

Cada enfoque representaria uma tentativa distinta de responder às algumas vezes amplas e variadas percepções do *pluralismo cultural*, entendido como a *existência em uma nação/estado de uma variedade de diferentes mas legítimos grupos culturais, variando em língua, religião, origem racial e/ou étnica, ou outras significantes dimensões culturais* (LYNCH, 1986. p.1).

Revisando-se a literatura internacional, observa-se, como assinala Jagdish Gundara (In: GUNDARA, JONES, KIMBERLEY, 1986), que *palavras como multicultural, multi-étnico e multiracial, todas amplamente usadas, são, com frequência, insuficientemente definidas* (p.4). Além disto, conceitos teóricos neste campo são poucos, e quase sempre pecam pela falta de consenso. Entretanto, uma expressão como *sociedade multicultural*, dado seu aspecto descritivo, pode se tornar útil na construção teórica do campo.

No Brasil, somente agora a literatura especializada começa a apresentar evidências de crescimento no

número de trabalhos que tratam dos problemas da educação física em relação a gênero (PEREIRA, 1984; AZEVEDO, 1988; ROSA, 1988; ROMERO, 1990; TOSCANO, 1990; ABREU, In: VOTRE, 1993; CAMPOS, 1994; ROMERO, 1995a; FARIA JUNIOR, In: ROMERO, 1995b). Apesar disto, ela pode ser considerada incipiente quando se volta para as questões de uma educação física apropriada para uma *sociedade culturalmente diversificada*.

Barry D. McPherson (1994) ilustra a questão da problemática da diversidade cultural influenciando no campo da educação física ao destacar que formas culturais de atividades físicas como futebol, o *jogging*, a ginástica aeróbica, o ciclismo, uma arte marcial, ou a marcha como exercício, populares em uma dada sociedade, podem não ser adotadas por pessoas vivendo em outra sociedade de cultura diferente.

A expressão *diversidade cultural* usualmente refere-se a diferenças associadas a gênero, raça, etnia, nacionalidade, classe social, religião, idade e habilidade motora (diferenças na). Todavia em seu sentido lato, pode incluir por exemplo, diferenças na orientação sexual, personalidade, aparência física, estado civil e *status* familiar.

Aqui, julgo importante para a compreensão do referencial teórico que se está a construir tornar evidente a distinção entre os termos *sexo* e *gênero*. Ann Oakley (1972) oferece uma aceitável distinção entre esses dois termos, referindo-se a *sexo* como a condição biológica de ser fêmea ou macho e *gênero* como processos sociais, culturais e psicológicos através dos quais feminilidade e masculinidade são construídos e reproduzidos.

A diferenciação entre aqueles termos é fundamental porque muitas divisões e diferenças entre mulheres e

Deveria dar lugar a uma educação física concebida para atender uma sociedade multicultural como o é a brasileira.

Aqui, julgo importante para a compreensão do referencial teórico que se está a construir tornar evidente a distinção entre os termos *sexo* e *gênero*.

homens, rapazes e moças, meninos e meninas são comumente consideradas como sendo resultados únicos do *dimorfismo sexual*. Assim, "*diferenças na educação física para meninos e meninas, em suas participações e performances são freqüentemente explicadas em termos de diferenças biológicas naturais*" (SCRATON, 1992.p.8 *apud* AZEVEDO, *op.cit.*). O reconhecimento de que muitas diferenças constatadas devem-se a *construção social de gênero* e não a diferenças de natureza biológica, permitirá uma compreensão mais criticamente adequada das desigualdades no desporto e na educação física, levando o debate para a questão das estruturas de poder na sociedade.

Finalmente, é importante destacar, como assinala Edward Ravenhill (1994), que "*a educação física e a multicultural não podem continuar a ser simplesmente entendidas como uma preocupação pessoal, nem sequer são apenas da responsabilidade das instituições*" (p.36).

No que concerne a categoria docente observa-se que a nova geração de professores de educação física vem se tornando cada vez mais consciente das desigualdades existentes na sociedade brasileira entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, jovens e idosos, para isso contribuindo os novos currículos de formação de licenciados generalistas, desenvolvidos sob um enfoque humanista.

Entretanto, a maioria dos nossos professores de educação física ainda tem experiências predominantes em *ambientes monoculturais*, em escolas, clubes, comunidades e academias e por isso tendem a estar pouco sensibilizados em direção às questões da diversidade cultural. Exercer o magistério em uma *sociedade multicultural* exige muito mais do que tolerância pela diferença cultural; exige respeito e apreciação pela diferença.

Processos discriminatórios e opressores na educação física e nos desportos têm sido constantemente experimentados por muitos em nossa sociedade. Privilégios para uns e óbices para outros têm estabelecido os limites de participação. Por exemplo, o desporto que é, "*o símbolo da brasilidade, - o futebol - é reservado, com exclusividade, para os homens...*" (TOSCANO, 1990, p.34).

A educação física neste contexto histórico, através do reforço da masculinidade e da feminilidade, funciona como agente determinante na reprodução da divisão sexual do trabalho. Elementos da *teoria crítica* permitem avançar na análise para além das relações de classe e gênero sob o capitalismo. Eles acrescentam, por exemplo, a questão de *opressão e controle patriarcais*. Conseqüentemente, a relação entre patriarcado e capitalismo torna-se um tema central nas análises contemporâneas. Estas análises enfatizam a importância de elementos da super-estrutura (aspectos culturais, ideológicos, políticos e sociais) no provimento das condições do modo de produção capitalista.

Durante os primeiros oitenta anos deste século, os médicos (predominantemente homens), como categoria profissional, exerceram papel dominante de *controle social*, determinando o que seria seguro e apropriado para a mulher, em termos de atividades físicas. Parece importante aqui destacar, para justificar essa argumentação, que até 1879, as mulheres no Brasil eram impedidas de estudar medicina. Também, até este ano, as mulheres graduadas no exterior não podiam revalidar seus diplomas, o que ocorreu com Maria Augusta Generoso Estrela, formada em medicina em 1877, pelo *New York College*. Assim, somente em 1887, formou-se no Brasil a primeira médica, Rita Lobato Velho Lopes, graduada com distinção pela Faculdade de Medicina na Bahia (ALBUQUERQUE, 1987). O

A educação física neste contexto histórico, através do reforço da masculinidade e da feminilidade, funciona como agente determinante na reprodução da divisão sexual do trabalho.

Exercer o magistério em uma sociedade multicultural exige muito mais do que tolerância pela diferença cultural; exige respeito e apreciação pela diferença.

domínio masculino na medicina avulta também quando se consultam os arquivos do Curso de Medicina Desportiva, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), da Universidade do Brasil, considerada a *escola padrão*, e se verifica o número irrisório de médicas que obtiveram o título, em comparação com o número de colegas masculinos.

Os educadores, por seu turno, também contribuíram para a perpetuação desta forma de controle social, ainda que dele participando de forma subsidiária ao legislarem ou defenderem determinadas posições conservadoras.

No Império, por exemplo, prevalecia na educação a diferenciação segundo gênero, com as estatísticas oficiais de 1832 revelando que "*havia, [...] em todo o Brasil 10 escolas para o sexo feminino*" e 130 para o masculino (ALMEIDA, 1989. p.61).

No Estado Novo, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas, de 1934 a 1945, sustentava que a educação precisaria "*considerar diversamente o homem e a mulher* (apud SCHWARTZMAN, BOHENY, COSTA, 1984. p. 107). Esta posição de Capanema implicava em um ensino totalmente diferente para homens e mulheres; e, "*em sua versão mais branda, uma oposição total à co-educação*" (ibid p. 195). Entretanto, em 1942, pressionado, Capanema foi obrigado aceitar a co-educação, ainda que de forma excepcional.

Hoje, ainda se pode dizer que na educação brasileira a questão de gênero ainda permanece um assunto polêmico.

No campo da educação física alguns projetos de reformas do ensino tiveram repercussões positivas. O Parecer de Rui Barbosa, em 1882, no Projeto sobre a Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições

Hoje, ainda se pode dizer que na educação brasileira a questão de gênero ainda permanece um assunto polêmico.

Complementares da Instrução Pública (MARINHO, 1980), avançou em algumas concepções, uma vez que propunha a educação física para ambos os gêneros (anteriormente ela só era oferecida ao masculino), em todos os graus. Este parecer, embora representasse um avanço na luta contra a discriminação de gênero, ainda apresentava conotações sexistas, uma vez que para seu autor educação física para as alunas objetivava a "*harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade*" (ibid).

No Estado Novo, no que concerne a co-educação, a prática de desportos mistos estava proibida após os dez anos de idade, segundo Portaria do Ministério da Educação e Saúde (BRASIL.MES. Portaria n.254/1941). E com isto concordavam os professores de educação física da época que, reunidos no I Congresso Panamericano de Educação Física (1943), recomendaram evitar a co-educação e a preferência por professor do mesmo gênero que o do educando. Sugeriram ainda que os regimes de exercícios devessem atender às características morfofisiológicas e psicológicas da mulher e às exigências da preparação à maternidade.

Mais recentemente, sob a ditadura militar, o Conselho Nacional de Desportos (CND), deliberou proibir às mulheres a prática de lutas de qualquer natureza, **futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e base-ball** (BRASIL.CND.Deliberação 7/1965). Somente na gestão do doutor Manoel José Gomes Tubino, através da Recomendação do CND (BRASIL.CND. Recomendação 02/1986), reconheceu-se a *necessidade de estímulo à participação da mulher nas diversas modalidades desportivas no país*.

Entretanto, a experiência internacional tem mostrado que a legislação tem sempre sido mais eficaz nas

Reconheceu-se a necessidade de estímulo à participação da mulher nas diversas modalidades desportivas no país.

proibições do que nas tentativas de evitar discriminações.

Jean Coussin (1976), um ano após a promulgação do *Sex Discriminatory Act*, na Inglaterra, reproduz a carta de uma mãe que perguntava o que fazer para que as suas filhas, desejosas de praticar o futebol, pudessem frequentar aulas dessa modalidade na escola primária em que estavam matriculadas. Antes dessa carta essa mãe já havia enviado quatro outras, à diretora da escola e à *Equal Opportunities Commission*, só obtendo evasivas como resposta.

Outro caso ilustrativo é o de Theresa Bennett uma menina de doze anos que recorreu à Justiça contra a Football Association para ter o direito de jogar futebol em uma liga local. A Associação apelou e ganhou o julgamento, momento em que Lord Denning disse: "as mulheres têm outras qualidades superiores às dos homens, mas não tem força e resistência para correr, chutar, marcar e assim por diante" (apud ILEA, 1984. p.23).

Nos Estados Unidos, o Higher Education Act, de 1972, no seu título IX, proíbe a discriminação de gênero em instituições educacionais que recebem fundos do Governo Federal. Segundo Mary A. Boutilier e Lucinda SanGiovanni (In: GREENDOFER, YIANNAKIS, 1981) esta Lei, no que concerne às provisões para o desporto e o atletismo, só tocou na superfície dos problemas e produziu grandes controvérsias. Em cinco anos de aplicação daquela Lei, a participação feminina só cresceu significativamente (em torno de dez vezes) em desportos como o voleibol, *softball* e *hockey* de campo (ibid). A repercussão foi, portanto, mais limitada em outros desportos, como o futebol.

Ao se examinarem as estatísticas relacionadas com o número de treinadores do sexo feminino no desporto intercolegial daquele país, observa-se que no futebol ele

caiu de 29,4% em 1977, para 26,% em 1984 (ACOSTA, CARPENTER, apud COACKLEY, 1987).

Através de todos esses anos, um dos principais argumentos científicos contra a participação feminina nos desportos, e no futebol em especial, tem sido que o esforço e a tensão das competições deveriam ser evitados, porque poderiam causar um dano permanente aos órgãos reprodutores da mulher. Por exemplo, Huberto Ballariny (1940), da Escola de Medicina, argumentou que o futebol é um desporto "violento e prejudicial ao organismo não habituado a esses grandes esforços. Além disso, o futebol provoca congestões e traumatismos pélvicos de ação nefasta para os órgãos femininos" (p.52).

Entretanto, a revisão da literatura efetuada por Tânia Maria Cordeiro de Azevedo (op.cit.) sustenta que os "órgãos reprodutores são notavelmente bem protegidos na mulher. O corpo providencia proteções naturais para o útero, amortecendo choques externos" (p.46).

Lesões nas glândulas mamárias também são incluídas como possíveis na prática do futebol feminino e apresentadas como argumentos para a contra-indicação. Por isto, certas ligas estrangeiras de futebol "tem freqüentemente alterado as regras para permitir às mulheres protegerem suas mamas de uma bolada, com os braços cruzados" (MICHELI, 1979. p.45). Entretanto, isto não seria necessário com o uso de roupas protetoras especiais para as mamas, como o permitem certas ligas de Hóquei (ibid).

Eventuais conseqüências da prática do futebol, "proporcionando um anti-estético e desproporcional desenvolvimento aos membros inferiores, por exemplo: tornozelos rechonchudos, pernas grossas (sic) se arqueadas joelhos deformados, etc" (BALLARINY, op. cit. p.52), também têm servido de argumentos

Através de todos esses anos, um dos principais argumentos científicos contra a participação feminina nos desportos, e no futebol em especial, tem sido que o esforço e a tensão das competições deveriam ser evitados, porque poderiam causar um dano permanente aos órgãos reprodutores da mulher.

O que fazer para que as suas filhas, desejosas de praticar o futebol, pudessem frequentar aulas dessa modalidade na escola primária?

contrários à prática do futebol pela mulher. Aspectos psicológicos também têm sido invocados como argumentos contrários à prática do futebol pela mulher. Por exemplo, o futebol foi apontado como um "exacerbador do espírito combativo e da agressividade, qualidades incompatíveis com o temperamento e com o caráter feminino" (ibid).

Em resumo, o desporto era então encarado como o promotor de caracteres masculinos, tais como satisfação e sentimento de potência, competência e de controle de si (DUNQUIN, In: OGLESBY, 1982).

No que concerne ao desenvolvimento intelectual, o futebol não era visto como um "dos mais eficientes. Portanto, não sendo aconselhado por motivos higiênicos, físicos ou morais, não será pelo seu reduzidíssimo valor intelectual que a mulher o vá praticar" (BALLARINY, op. cit., p.52).

Outros argumentos contrários a participação da mulher nos desportos, em geral, e no futebol, em particular, tiveram origem em interpretações sociológicas. Em síntese pode-se dizer que esses argumentos invocados para discriminar a mulher, apoiam-se, sobretudo, em preconceitos e estereótipos. Por exemplo, no domínio das atividades físicas o estereótipo do macho como mais ativo e da fêmea como menos ativa é prevalente (GEADELMANN, et al. In: AERA, 1985. p.328).

Neste texto o termo *preconceito* está sendo usado como um sentimento ou uma atitude, geralmente desfavorável, em relação a uma pessoa ou grupo, enquanto que *discriminação* é entendido como um tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou grupo. Para Crispin Jones (In: GUNDARA, JONES, KINBERLEY, 1986) os "preconceitos são a base dos estereótipos, principalmente os de natureza depreciativa" (p.29).

O futebol foi apontado como um "exacerbador do espírito combativo e da agressividade, qualidades incompatíveis com o temperamento e com o caráter feminino".

Oldemário Touguinhó (1995) denuncia que no Brasil, mesmo hoje, quando se disputa o segundo Campeonato Mundial de Futebol Feminino, "um criminoso preconceito afasta as moças do futebol. Constantemente [são] acusadas com todo tipo de agressões. Só as corajosas enfrentam os desafios" (p.25).

Neste ponto, a questão do reforço da masculinidade e da feminilidade aparece com grande intensidade na literatura revisada. Evidentemente, os conceitos de masculinidade e feminilidade são arbitrários, e geralmente elaborados pelos homens, que tem o poder de definição.

Assim, no futebol, as habilidades motoras, os comportamentos de jogo, a aparência física, os uniformes e os maneirismos dos jogadores masculinos constituem a *norma*. Por isto, ao observarmos o futebol feminino, percebemos como masculinos essas habilidades, comportamentos, aparência, uniformes e maneirismos, pois são associados à *norma* do futebol praticado pelos homens.

Durante todo um século de participação desportiva de massa da mulher, feminilidade e heterossexualidade tem sido vistas como incompatíveis com a excelência no desporto (LENSKYJ, 1986).

Primeiro, a relação entre desporto e masculinização foi historicamente aceita como verdadeira e explicada por *Teorias Ambientalistas* que atribuem a culpa da masculinização aos ambientes familiar e escolar. Na Época Vitoriana, na Inglaterra, o *senso comum* chegava até a vincular a prática de jogos por meninas a transformações sexuais anormais (HOWART, 1987).

No Brasil, Emilio Mira y Lopez e Athayde Ribeiro da Silva (1964) chegaram a afirmar, de forma clara e categórica, que, "existem esportes que feminizam e outros que masculinizam. O erro máximo seria dedicar

Evidentemente, os conceitos de masculinidade e feminilidade são arbitrários, e geralmente elaborados pelos homens, que tem o poder de definição.

homens aos primeiros e mulheres aos segundos' (p.17).

Um segundo raciocínio considera que a mulher já era masculina ao procurar o desporto. O termo masculina freqüentemente subentendia lesbiana. Assim, as *Teorias de Identificação do Papel Sexual* estiveram intimamente realacionadas com as pesquisas sobre homossexualidade feminina.

A partir deste contexto, nos anos 70, os sexólogos desenvolveram um novo enfoque para o homossexualismo. Maneirismos infantis masculinizados, desejos bissexualmente compartilhados, isolamento de seus pares e preferências por jogos (e desportos) ditos masculinos tornaram-se componentes da *Teoria do Não-Conformismo com Próprio Gênero na Infância*, e preditores do lesbianismo na idade adulta.

Tais raciocínios reforçavam a visão polarizada de masculinidade e feminilidade (tanto sociais como biológicas) sublinhando, em consequência, diferenças de sexo e legitimando a supremacia masculina.

Ainda na década de 70, muitos expertos internacionais examinaram o problema do conflito de papéis em mulheres atletas. Os pesquisadores concentraram-se, sobretudo, na investigação de auto-percepções, opiniões e atitudes das colegas atletas.

Assim, constataram que a própria mulher muitas vezes se questiona quando, ao demonstrar um bom nível de habilidade técnica, passa a ser admirada não por essas habilidades demonstradas e sim porque *pode mover-se como um homem*. "*Isto faz com que pergunte a si própria: se sou mulher, por que gosto de desportos?*" (HART, 1974)

Alguns daqueles estudos também mostraram que o *mito da feminilidade* também tem contribuído para levar o futebol a ser menos apreciado pelas mulheres do que outros desportos que acentuam a graça e a

Alguns daqueles estudos também mostraram que o *mito da feminilidade* também tem contribuído para levar o futebol a ser menos apreciado pelas mulheres do que outros desportos.

delicadeza (MATHES, In: OGLESBY, *op. cit.*). Outra pesquisa, de opinião, levada a cabo com mulheres atletas revelou que o futebol aparece apenas com 3% das opiniões correlacionadas positivamente com papéis femininos (SNYDER, SPREITZER, 1974).

Em Portugal, em grupo de 235 meninos e meninas, o futebol foi por esses estudantes considerado como um jogo do sexo masculino, bem de acordo com a divisão culturalmente estabelecida pelas atividades físicas (GOMES, QUEIRÓS, SANTANA, 1995).

Os resultados daquelas pesquisas giram em torno de uma *lógica círculo viciosa*: mulheres devem praticar jogos femininos, que são rotulados como femininos porque tradicionalmente as mulheres os têm praticado.

No Brasil, os professores de educação física foram influenciados, durante muito tempo, pela *Teoria do Dimorfismo Sexual*, de cunho biológico, difundida principalmente por Waldemar Areno, ex-diretor da ENEFD, e influente personalidade no âmbito da Medicina Desportiva.

Areno (1942), ainda que defensor das atividades físicas para a mulher fixou posição contrária à prática do *foot-ball* porque este teria "*por finalidade desenvolver qualidades (sic) não visadas na mulher ou desnecessárias e mesmo desgraciosas a elas*"(p.22). Ficava assim o futebol incluído na categoria dos desportos "*julgados proibidos, nocivos, contraindicados mesmo para uma simples iniciação*"(idem).

Entretanto, a *Teoria do Dimorfismo Sexual* que serviu como base conceitual para essa proibição, forneceu também elementos para resistência ao **controle social**. Outra interpretação da mesma abriu as portas para a recomendação da prática do futebol para a mulher, desde que cercada de alguns cuidados (LOYOLA, 1940). Essa outra interpretação daquela

No Brasil, os professores de educação física foram influenciados, durante muito tempo, pela *Teoria do Dimorfismo Sexual*, de cunho biológico.

Teoria possibilitou ainda a adoção de uma classificação para as atividades físicas, de acordo com a divisão culturalmente estabelecida (ARCHER, 1989; CARVALHO et al. 1990): *tipicamente femininas, indiscriminadamente masculinas e femininas e tipicamente masculinas*, onde se enquadrava o futebol (FARIA JUNIOR, 1969). No plano didático essa classificação era recomendada para que o professor escolhesse as atividades que integrariam o planejamento (*ibid.*).

Apesar disto, muitos departamentos, divisões e coordenadorias de educação física em secretarias estaduais/municipais de educação proibiam o futebol nas escolas, mesmo para meninos e rapazes. Por exemplo, no Rio de Janeiro, somente em meados dos anos 70 "o futebol começou a ser implantado nas escolas de 1º e 2º graus, sob a supervisão de professores de educação física", ainda que somente para o contingente masculino do alunado (FARIA JUNIOR, TUBINO, 1976, p.7-8).

Evidentemente, embora aquela classificação não penalizasse a mulher com proibições, ela, ao *tipificar* as atividades físicas como masculinas ou femininas, reforçava a hipótese de que traços psicológicos rotulados de masculinos (ou andróginos, mais recentemente) predisporiam meninas e mulheres a aderirem a determinados desportos e a rejeitarem outros.

Apesar de alguns estudos comprovarem que o conflito de papéis e a orientação do papel sexual masculino entre mulheres atletas não fosse universal, a dicotomia entre desporto feminino e desporto masculino e os papéis sexuais femininos permaneceram sedimentados entre nós. Isto, evidentemente, repercute na igualdade de acesso a programas desportivos, oportunidades e financiamentos.

A efetividade do **controle social** sobre a mulher pode ser constatada quando se investigam os jogos e as brincadeiras na memória de pessoas que viveram suas infâncias nos trinta primeiros anos deste século. Segundo depoimento de idosos, com idades entre 62 e 87 anos, todos da classe trabalhadora, no Rio de Janeiro, o jogo de bola (futebol) era praticado apenas por meninos (FARIA JUNIOR, In: MARQUES, CONSTANTINO, 1993).

Gisele Schwartz, Silene Okuma e Tânia Matos, entrevistando 15 homens e 14 mulheres, com idades entre 50 e 93 anos, concluem que, também em São Paulo, nas primeiras décadas deste século, a prática do futebol era reservada unicamente aos homens (In: MARQUES, CONSTANTINO, *op. cit.*).

Entretanto, esse controle social impedindo a prática do futebol por mulheres não se fez sem *resistência*. Por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, deve-se, sobretudo, justamente a mulher da *classe trabalhadora* os primeiros movimentos de resistência. Em, 1940 "moças dos nossos mais conceituados clubes esportivos dos subúrbios de nossa Capital iniciaram (sic) a prática do futebol feminino entre nós" (LOYOLA, *op. cit.*).

Enquanto isto, em 1911, nos Estados Unidos, o *Bryn Mawr College* introduzia, no meio escolar, o futebol para mulheres e, em 1927, a *American Alliance for Health, Physical Education, Recreation and Dance* (AAHPHERD) publicava regras diferenciadas para o futebol feminino (PHILIPP, WILKERSON, 1990).

No Brasil, a experiência co-educacional do ensino do futebol em cursos de formação de professores de educação física também teve um longo caminho a percorrer, passando da proibição total, para algumas aulas teóricas à guisa de complementação, até a constituição de turmas femininas (*programas iguais,*

No Brasil, a experiência co-educacional do ensino do futebol em cursos de formação de professores de educação física também teve um longo caminho a percorrer, passando da proibição total, para algumas aulas teóricas à guisa de complementação, até a constituição de turmas femininas

Apesar disto, muitos departamentos, divisões e coordenadorias de educação física em secretarias estaduais/municipais de educação proibiam o futebol nas escolas, mesmo para meninos e rapazes.

mas separados) e a plena experiência de um regime de co-educação. Por exemplo, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no seu Instituto de Educação Física e Desportos (IEFD), a prática co-educacional só se deu a partir da implantação do atual currículo de formação de licenciados generalistas, cuja primeira turma graduou-se em 1992, após trazermos a proposta aos que, durante dois anos, discutiram as mudanças curriculares para esse curso de graduação.

Nesta última parte de nosso artigo oferecemos alguns exemplos de procedimentos didáticos que podem contribuir para superar atitudes sexistas na prática do futebol na escola. Tomamos esta iniciativa movidos por dois motivos principais. Primeiro, porque julgamos que o futebol se presta admiravelmente como atividade co-educacional e que pode ser incluído sem maiores problemas nos programas escolares de educação física que venham a se desenvolver sob um enfoque multicultural. O futebol, como desporto de equipe, pode atuar como meio eficaz de ensinar aos jovens a tolerância e aceitação das diferenças individuais.

Segundo, porque o material bibliográfico disponível sobre o assunto, raro em língua portuguesa, tem sido produzido em contextos culturais diferentes do brasileiro. Assim, enquanto em países como a Dinamarca, Noruega, Suécia e Estados Unidos o futebol começa a ser praticado por meninas na infância (em torno dos 10 anos), no Brasil sua prática começa na adolescência, após vencidas inúmeras barreiras sexistas.

Naqueles países, meninos e meninas começam a prática mais ou menos com os mesmos níveis de habilidades para o futebol.

No Brasil, para idênticas idades, o nível de habilidade em futebol geralmente é superior por parte dos meninos. Além disto, as diferenças em força e

velocidade podem ser muito evidentes segundo o gênero, principalmente nas séries mais avançadas do 1º Grau e nas do 2º Grau. Entretanto, é importante ainda assinalar que diferenças em habilidade, força e velocidade também ocorrem com frequência entre indivíduos do mesmo gênero. Entretanto, essas diferenças são apontadas por muitos professores de educação física como o principal óbice à prática co-educacional do futebol.

Entretanto, o mesmo procedimento didático usado quando se trata de turma masculina, pode ser usado com turmas em regime de co-educação: para o *trabalho diversificado*, dividir grupos equilibrados em relação às habilidades motoras, força e velocidade, e para *jogos* (ou para a prática), designar quem tem mais habilidade, força ou velocidade, para marcar quem é mais habilidoso, forte ou veloz na outra equipe.

Uma *rotação de posições* também é um procedimento que, se adotado, oferece geralmente oportunidades para que todos possam ter participação no jogo. Com isto diminuem-se as possibilidades de que os mais habilidosos e/ou fortes dominem essa participação.

A *prática coletiva* pode ser estimulada através de procedimentos didáticos que mudem os padrões convencionais do jogo. Assim, pode-se exigir: que dois sucessivos chutes a gol não possam ser dados por jogadores do mesmo gênero (alternando assim as ações de meninas e meninos); que em cada tentativa a gol haja uma intervenção precedente de jogador de outro gênero (o menino passa a bola e a menina tenta a finalização a gol, ou vice-versa); que as meninas cobrem dois terços dos tiros livres diretos e indiretos de sua equipe; que no caso dos tiros livres indiretos, os recebedores deverão ser do gênero oposto ao do

O futebol, como desporto de equipe, pode atuar como meio eficaz de ensinar aos jovens a tolerância e aceitação das diferenças individuais.

A prática coletiva pode ser estimulada através de procedimentos didáticos que mudem os padrões convencionais do jogo.

cobrador (meninas cobrando e meninos recebendo, e vice-versa).

O professor, atuando em situações pedagógicas de co-educação, deve redirecionar seu *comportamento docente* evitando atitudes sexistas, como por exemplo: em escolhas públicas, selecionar as meninas por último; escolher apenas meninos para fazer demonstrações; designar apenas alunos para a função de capitão de equipe; dirigir preferencialmente aos meninos atenções de cunho didático (avaliações de desempenho; retificações da aprendizagem; procedimentos incentivadores e orientações táticas).

Clichês e piadas sexistas também devem ser evitados, por exemplo: (clichê) - *futebol é desporto para homem*; (piada) - imaginem a cara de um futuro sogro ao perguntar a namorada do filho - *O que você faz, minha filha? E ouvir dela: Sou zagueiro do Bangú!* Além disto, insinuar às mulheres que são frágeis, fisicamente inaptas, passivas, obedientes, disciplinadas e submissas não é recomendável. Hoje, muitas mulheres não gostam de se verem referidas como do *sexo frágil*.

Em um regime de co-educação sugerimos que as *regras do futebol para os jogos* não sejam adaptadas ao gênero, por melhores que sejam as intenções que nos estejam movendo. Patricia L. Geadelmann (*op. cit.*) chama atenção para o freqüente descontentamento feminino e masculino com a estratégia de adaptação das regras. O grupo feminino tende a experimentar o sentimento de que elas, como mulheres, não são boas o suficiente para jogar o desporto plenamente e precisam de ajuda especial. O grupo masculino, por seu turno, tem a sensação de não estar praticando o verdadeiro jogo.

Outro procedimento didático que deve ser considerado é o escolha das características das

Em um regime de co-educação sugerimos que as regras do futebol para os jogos não sejam adaptadas ao gênero, por melhores que sejam as intenções que nos estejam movendo.

atividades a serem oferecidas. Por exemplo, a Inner London Local Authority (1984) sugere que um equilíbrio entre atividades competitivas e não-competitivas pode ser uma boa estratégia para enfrentar o sexismo na educação física e no desporto.

A *linguagem* empregada no ensino do futebol na escola, seja *popular* (CAPINUSSÚ, 1988), seja *didática* (FARIA JUNIOR, 1969), não deve ser eivada de conotações sexistas. Assim, devem ser evitadas expressões como: *este não é um jogo de compadres*; quero o *armador* preparando as jogadas pela direita; temos que confiar no *guardião*, cuidado, *ladrão!*; enfia a *menina* rasteirinha; vamos *balançar o véu da noiva* logo no início do jogo (CAPINUSSÚ, *op. cit.*); marque seu *homem* de perto; barreira de *quatro homens*, vamos usar *marcação homem a homem*, o *homem* da última linha, todas com sexismo subjacente. Sugerimos empregar expressões equivalentes, não sexistas, como: *este não é um jogo em que nenhuma das equipes faz qualquer esforço para ganhar*, quem arma as jogadas desloca-se pela direita; temos que confiar em quem *guarda a meta*; cuidado, *adversário atrás*, enfia a *bola* rasteirinha; vamos tentar *marcar gol* logo no início (*ibid.*); marque seu *adversário* de perto; *quatro* na barreira; vamos usar *marcação pessoa a pessoa* (SIEDENTOP, 1991); o *atleta* (o jogador) da última linha.

Outro exemplo de procedimento didático diz respeito às *retificações* que o docente faz objetivando corrigir interações sexistas estereotipadas dos alunos, como: *a fulana joga como um homem*. É importante explicar aos alunos, neste momento, que uma mulher pode jogar futebol tão bem quanto um homem.

Apreciações do desempenho coletivo também são altamente recomendados. Por exemplo: *gostei muito de como vocês, rapazes e moças jogaram hoje. Isto*

É importante explicar aos alunos, neste momento, que uma mulher pode jogar futebol tão bem quanto um homem.

comprova que o sucesso de uma equipe mista é possível.

Estratégias de *modelização* também são viáveis desde que sejam coerentes com os valores veiculados. Fotos com jogadoras de futebol, de equipes mistas de futebol e de outras situações de co-educação podem ser utilizadas como meios auxiliares, em determinadas situações didáticas.

A *atuação conjunta* de docentes masculinos e femininos, atuando em situações de co-educação também pode transmitir importantes mensagens anti-sexistas na educação física.

Finalmente, nas áreas da *medida e da avaliação* da aprendizagem em educação física a revisão da literatura mostra que a maior parte dos testes e baterias usados em futebol foi criada para ser usada em grupos masculinos (FARIA JUNIOR, TUBINO, *op. cit.*). Com isto não estamos sugerindo a construção de testes e baterias de testes de futebol diferenciados segundo o gênero dos educandos, mas sim propondo que os procedimentos para medida e avaliação sejam os mesmos para os grupos masculinos e femininos.

Ao escrevermos este artigo estamos conscientes que a simples ratificação de tratados como a *Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher* prevendo oportunidades idênticas para participarem ativamente em desportos e educação física (*apud* TOSCANO, *op. cit.* p.37) e um tratamento didático equânime aos dois gêneros por si só não eliminarão as desigualdades existentes. Estas continuarão se manifestando, por exemplo, na perpetuação dos estereótipos sexistas em diferentes expectativas e tratamento dados às mulheres. Somente uma longa tradição histórica, fruto de mudanças na super-estrutura, possibilitará colimar a tão almejada igualdade.

Somente uma longa tradição histórica, fruto de mudanças na super-estrutura, possibilitará colimar a tão almejada igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Neise Gaudêncio. *Meninos pra cá, meninas pra Lá?* In: VOTRE, Sebastião (org.) **Ensino e avaliação em educação física**. São Paulo: IBRASA, 1993.
- ALBUQUERQUE, Lina de. *Primeiras médicas do Brasil: Rita Lopes não conheceu preconceito que impediu trabalho de Maria Augusta*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 ago 1987, Brasil, p.5.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889) - História e Legislação*. São Paulo: EDUC/INEP, 1989.
- ARCHER, J. Childhood. *Gender Roles: structure and development*. **The Psychologist**, n.9, p.367-370, 1989.
- ARENO, Waldemar. *Os desportos femininos: aspectos médicos*. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n.62/63, p.22-24, 1942.
- AZEVEDO, Tânia Maria Cordeiro de. **A mulher e a atividade desportiva: preconceitos e estereótipos**. *Dissertação de Mestrado*. Niterói: UFF, 1988.
- BALLARINY, Humberto. *Porque a mulher não deve praticar o futebol*. **Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 49, p.36-52, 1940.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Portaria ministerial n. 254, de 1 de outubro de 1941. *Expede instruções para a organização dos estatutos das confederações e federações desportivas existentes no país*. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1941, item 32.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS. Deliberação n. 7-65, de 2 de agosto de 1965. *Baixa instruções às entidades desportivas do país sobre a prática de desporto pelas mulheres*. Art 2o.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS. Recomendação CND n. 02/86 *Reconhece a necessidade de estímulo à participação da mulher nas diversas modalidades desportivas no país*. 06 de março de 1968.
- BOUTILIER, Mary A., SANGIOVANNI, Lucinda. *Women, Sport and Policy*. In: GREENDORFER, Susan L., YIANNAKIS, Andrew. **Sociology of Sport: diverse perspective**. West Point: Leisure Press, 1981.
- CAPINUSSÚ, José Mauricio. **A ligação popular do futebol**. São Paulo: IBRASA, 1988.
- CARVALHO, A. et al. *Playground activities for boys and girls: developmental and cultural trends in children's perceptions gender differences*. **Play and Culture**, n.3, p.343-347, 1990.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. *Futebol e relações de gênero em Maracanã Adeus*. **Pesquisa de Campo**, Rio de Janeiro, n.0, p.53-59, jun. 1994.
- COAKLEY, Jay. **Sociology of Sport**. New York: Mosby, 1987.
- COUSSINS, Jean. **The equality report**. London: NCCL Rights for Women Unit, 1976.
- DUNQUIN, Mary C. *Avantages de l'androgynie*. In: OGLESBY, Carole L. (ed.). **Le Sport et la Femme: du mythe à réalité**. Paris: Vigot, 1982.
- FARIA JUNIOR, Alfredo G. de. **Introdução à Didática de Educação Física**. Brasília: MEC, 1969.

- FARIA JUNIOR, Alfredo G. de. *Modelo Alternativo para a Educação Física Brasileira*. In: COSTA, Lamartine Pereira da. **Desporto Comunitário e de Massa**. Rio de Janeiro: Palestra, 1981.
- FARIA JUNIOR, Alfredo G. de. *Educação Física para uma Sociedade Multicultural*. In: FARIA JUNIOR, Alfredo G. de (ed.). I Congresso de Educação Física de Países de Língua Portuguesa, 1989. Rio de Janeiro. **Atas ...** Rio de Janeiro: UERJ, 1993. 291 p.21-29
- FARIA JUNIOR, Alfredo G. de. *Idosos em Movimento: Mantendo a Autonomia - população alvo e expectativas*. In: MARQUES, António, CONSTANTINO, José (eds.). I Conferência do EGREPA [European Group for Research into Elderly and Physical Activity]. Oeiras, 1993. **Resumos...** Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras/Universidade do Porto, 1993. 203p. p.105.
- FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de. *A mulher idosa e as atividades físicas sob o enfoque multicultural*. In: ROMERO, Elaine (ed.) **Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995b.
- GEADELMANN, Patricia L. et al. *Sex equity in physical education and athletics*. In: **AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION (AERA)**. London. The Johns Hopkins Press, 1985.
- GOMES, Paula Coelho. QUEIRÓS, Paula. SANTANA, Paula. *Jogos Recreio Escolar: estereótipos femininos e masculinos*. **Horizonte**. Lisboa, v.XI, n.65, p.179-182, jan./fev. 1995.
- GUNDARA, Jagdish. *Education for a Multicultural Society*. In: GUNDARA, Jagdish, JONES, Crispin, KIMBERLEY, Keith (eds.). **Racism, Diversity and Education**. London. Hodder and Stoughton, 1986.
- HART, M. Stigma or Prestige. *The all american choice*. In: McGLYNN, C.H. **Issues in physical education**. Palo Alto: National Book, 1974.
- HOWART, K. *Women and Sport: issues of relevance to the female Primary School Teacher*. **British Journal of Physical Education**. London, v.18, n.6, p.269-270, nov./dez. 1987.
- INNER LONDON EDUCATION AUTHORITY (ILEA) STUDY GROUP (1982-1984). **Providing Equal opportunities for girls and boys in Physical Education**. London: ILEA College of Physical Education, 1984.
- LENSKYJ, Helen. **Out of Bounds: Women, Sport & Sexuality**. Toronto: Women's Press, 1986.
- LEVER, Janet. **Soccer Madness**. London: The University Press, 1983.
- LYNCH, James. **Multicultural Education: approaches and paradigms**. Nottingham: University of Nottingham School of Education, 1986.
- MARINHO, Inezil Penna. **Rui Barbosa, paladino da educação física no Brasil**. 2.ed. Brasília: Horizonte, 1980.
- MATHES, Sharon. *Image du corps et stéréotypes sexuels*. In: OGLESBY, Carole A. *op. cit.*
- McPHERSON, Barry D. *Sociocultural Perspectives on Aging and Physical Activity*. **Journal of Aging and Physical Activity**. Champaign, n.2, p.329-353, 1994.
- MICHELI, L.J.M.D. *Surgical Rainds May*. **Sports Medicine**. Boston.

- n., p.44-50, 1979.
- MIRA y LOPES, Emilio, SILVA, Athayde Ribeiro da. **Futebol e Psicologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- OAKLEY, Ann. **Sex, Gender and Society**. London: Temple Smith, 1972.
- PEREIRA, Laércio Elias. **Mulher e Esportes: um estudo sobre as influências dos agentes de socialização em atletas universitários**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1984.
- PHILIPP, Joan A., WILKERSON, Jerry D. **Teaching Team Sports: a coeducational approach**. Champaign: Human Kinetics, 1990.
- REVENHILL, Edward. *Aspectos Multiculturais do Ensino da Educação Física*. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física**. Linda-a-Velha, n.9, p.27-36, inverno 1994.
- ROMERO, Elaine. **Estereótipos masculinos e femininos em professores de Educação Física**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1990.
- ROMERO, Elaine (ed.) **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1995a.
- ROSA, Suely Perreira. **Basquetebol feminino: condicionamento social e cultural**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- SCHWARTZ, Gisele M., OKUMA, Silene, MATOS, Tânia C.S. *Brincadeiras de Hoje e de Sempre*. In: MARQUES, António, CONSTANTINO, José (eds.) *op. cit.*
- SIEDENTOP, Daryl. **Apprendre à enseigner l'éducation physique**. Montreal: Gaetan Morin, 1991.
- SNYDER, E. E., SPREITZER, E. A. *Family influence and involvement in sports*. **Research Quarterly**, n. 44, p.249, 1974.
- TOGUINHO, Oldemário. *Vitória sobre preconceito*. **Jornal do Brasil**, 6 jun. 1995. Esportes, p.25.
- TOSCANO, Moema. **A educação diferenciada no jogo, no esporte e na educação física**. **CEDIM/EDUCAÇÃO** p. 33-37, 1990.